



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Aquisição de materiais de limpeza e segurança para reforço do saldo em estoque no Almojarifado do TRE-SC.

### 2. Fundamentação da Contratação

O Documento de Formalização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares constam relacionados no PAE n. 36.580/2025.

### 3. Descrição da solução

Item 1 - **Dispensador para papel higiênico em rolo**, fabricado em poliestireno, nas cores branco, cristal ou transparente, com sistema de abertura e fechamento com chave, medindo, aproximadamente, 292mm de altura x 270mm de largura x 122mm de profundidade. Diâmetro de 230mm, com capacidade para armazenar um rolo de papel com 250m de comprimento. Inclui buchas e parafusos para fixação do produto.

Item 2 - **Dispensador para protetor de assento sanitário**, fabricado em plástico de alta resistência e durabilidade, na cor branco, medindo de 220 a 230mm de largura, 160mm de altura e de 30 a 35mm de profundidade. Fornecido com fita dupla face ou parafuso e bucha para fixação na parede.

Item 3 - **Espanja para limpeza tipo dupla face**, cor azul, medidas de 110mm x 75mm, espessura aproximada de 20mm, indicada para superfícies delicadas, modelo que não risca, para a limpeza de produtos antiaderentes, vidros, aço inox, acrílicos e superfícies polidas em geral.

Item 4 - **Luva de vinil sem pó descartável**, para procedimento não cirúrgico, incolor, atóxica, ambidestra, impermeável, não estéril, **tamanho pequeno**. O produto deve ser registrado junto à ANVISA/MS. Caixa com 100 unidades (50 pares). Validade mínima de 4 (quatro) anos, a contar da entrega do material no Almojarifado do TRESC.

Item 5 - **Luva de vinil sem pó descartável**, para procedimento não cirúrgico, incolor, atóxica, ambidestra, impermeável, não estéril, **tamanho médio**. O produto deve ser registrado junto à ANVISA/MS. Caixa com 100 unidades (50 pares). Validade mínima de 4 (quatro) anos, a contar da entrega do material no Almojarifado do TRESC.

Item 6 - **Luva de vinil sem pó descartável**, para procedimento não cirúrgico, incolor, atóxica, ambidestra, impermeável, não estéril, **tamanho grande**. O produto deve ser registrado junto à ANVISA/MS. Caixa com 100 unidades (50 pares). Validade mínima de 4 (quatro) anos, a contar da entrega do material no Almojarifado do TRESC.

Item 7 - **Papel higiênico com folha dupla**, na cor branca, sem perfume, macio, biodegradável, em fibras virgens 100% (cem por cento) naturais, hidrossolúveis, gramatura da folha dupla de, no mínimo, 30g/m<sup>2</sup> (trinta gramas por metro quadrado), ou seja, gramatura mínima, por folha, de 15 g/m<sup>2</sup> (quinze gramas por metro quadrado), com as medidas mínimas de: 10cm (dez centímetros) de largura e por 250m (duzentos e cinquenta metros) de comprimento. A medida máxima da largura da bobina de papel deverá ser de 10,5cm (dez vírgula cinco centímetros), sendo que o diâmetro da bobina não deverá ser superior a 23cm (vinte e cinco centímetros). Papel proveniente de florestas 100% plantadas e renováveis.

Item 8 - **Sabonete líquido** cremoso em embalagem plástica contendo 2 litros, viscoso, aroma suave erva doce, Ph neutro. Fórmula testada dermatologicamente para a limpeza da pele. Produto biodegradável e regularizado junto à Anvisa/MS. Validade de, no mínimo, 18 meses a contar da data de entrega do material no depósito do Almojarifado do TRESC. Forma de entrega: fornecido em caixa de papelão com, no máximo, 6 frascos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 3.1. Estudos Técnicos Preliminares

Documento juntado no PAE n. 36.580/2025.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Item 1 - Trilha - Exaccta / código E-DHRS Cristal (transparente)

Item 2 - Trilha / modelo T-0208

Item 3 - 3M, Scotch-Brite

Item 4 - Descarpac / código 0541101

Item 5 - Descarpac / código 0541201

Item 6 - Descarpac / código 0541301

Item 7 - Vipp – 30 gramas / fabricado por Videpel Indústria e Comércio de Artefatos de Papel Ltda.

Item 8 - Trilha / T-2000 EDP

#### OBSERVAÇÕES:

- 1) Além da marca do produto, os licitantes deverão informar, quando houver, sua **referência, código ou modelo**.
- 2) Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações da marca indicada na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pelo fabricante de que possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.
- 3) Os produtos da marca, modelo e código de referência citados não necessitam de amostra, pois atendem ao solicitado. Exceto o item 7, cujo fornecimento de amostra é obrigatório, a fim de avaliar a gramatura e a qualidade do papel.
- 4) As marcas e códigos de referência citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, será aceito pela Administração, sem restrições, **produto similar ao indicado**, que detenha as especificações daquele).
- 5) Serão aceitas variações nas medidas aproximadas dos itens 1 e 3 em até 10%. No caso do item 1, a variação nas medidas necessariamente deve atender a capacidade de armazenamento de um rolo com 250 metros de comprimento.

### 3.3. Códigos SIASG

Item 1 – n. 615.460

Item 2 – n. 413.992

Item 3 – n. 481.020

Item 4 - n. 619.836

Item 5 - n. 619.837

Item 6 - n. 619.838

Item 7 - n. 364.307

Item 8 - n. 312.074

## 4. Requisitos da contratação



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Dispensador para papel higiênico (item 1)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Fabricado em poliestireno nas cores branco, cristal ou transparente	Material comum comercializado pela indústria. As cores especificadas são neutras e claras, seguindo o padrão das instalações dos banheiros do TRE-SC
	Com sistema de abertura e fechamento com chave	Permitir a troca da bobina de papel apenas pelo setor competente.
	Medidas aproximadas de 292mm de altura, 270mm de largura e 122mm de profundidade. Diâmetro de 230mm, com capacidade para armazenar um rolo de papel com 250m de comprimento.	O dispensador precisará armazenar a bobina de papel higiênico em uso no TRE-SC. As medidas aproximadas visam ampliar o número de fornecedores e fabricantes do produto.
	Inclui buchas e parafusos para fixação do produto	Facilitar a instalação do material

### Dispensador para protetor de assento sanitário (item2)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Fabricado em plástico de alta resistência e durabilidade, na cor branco	Material comum comercializado pela indústria. A cor branca segue o padrão das instalações dos banheiros no TRE-SC
	Medidas de 220 a 230mm de largura, 160mm de altura e de 30 a 35mm de profundidade	O dispensador precisará armazenar o refil em uso nos banheiros do TRE-SC. As medidas aproximadas visam ampliar o número de fornecedores e fabricantes do produto.
	Fornecido com fita dupla face ou parafuso e bucha para fixação na parede	Facilitar a instalação do material

### Esponja para limpeza (item 3)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Tipo dupla face na cor azul	Esponja dupla face para utilizar uma parte menos abrasiva que outra. A cor azul é indicativa de material que não risca.
	Medidas de 110mm x 75mm, espessura aproximada de 20mm	Medidas comuns no mercado de produtos de limpeza
	Indicada para superfícies delicadas, modelo que não risca, para a limpeza de produtos antiaderentes, vidros, aço inox, acrílicos e superfícies polidas em geral	Utilização na limpeza de equipamentos e materiais no TRE.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Luva de vinil tamanho P (item 4)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Sem pó, descartável, para procedimento não cirúrgico, incolor, atóxica, ambidestra, impermeável e não estéril.	Sem pó para evitar reação alérgica. Material descartável para uso no atendimento aos eleitores.
	Caixa com 100 unidades (50 pares)	Embalagem usual. Facilitar a distribuição, utilização e o armazenamento
Legais	Registrado junto à Anvisa/MS	Requisito legal
	Validade mínima de 4 (quatro) anos, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.	Disponer do material no maior tempo possível para utilização.

Luva de vinil tamanho M (item 5)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Sem pó, descartável, para procedimento não cirúrgico, incolor, atóxica, ambidestra, impermeável e não estéril.	Sem pó para evitar reação alérgica. Material descartável para uso no atendimento aos eleitores.
	Caixa com 100 unidades (50 pares)	Embalagem usual. Facilitar a distribuição, utilização e o armazenamento
Legais	Registrado junto à Anvisa/MS	Requisito legal
	Validade mínima de 4 (quatro) anos, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.	Disponer do material no maior tempo possível para utilização.

Luva de vinil tamanho G (item 6)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Sem pó, descartável, para procedimento não cirúrgico, incolor, atóxica, ambidestra, impermeável e não estéril.	Sem pó para evitar reação alérgica. Material descartável para uso no atendimento aos eleitores.
	Caixa com 100 unidades (50 pares)	Embalagem usual. Facilitar a distribuição, utilização e o armazenamento
Legais	Registrado junto à Anvisa/MS	Requisito legal
	Validade mínima de 4 (quatro) anos, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.	Disponer do material no maior tempo possível para utilização.

Papel higiênico (item 7)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Ambientais	Papel proveniente de florestas 100% plantadas e renováveis.	Menor impacto ambiental



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Com folha dupla na cor branca, sem perfume, macio e biodegradável	A folha dupla busca melhorar a absorção de líquidos e a qualidade do papel. Sem perfume e na cor branca para evitar alguma reação alérgica.
	Em fibras 100% virgens naturais e hidrossolúvel	Recomenda-se papel 100% celulose virgem para a higiene pessoal, sem o uso de papéis recicláveis, que contém mais produtos químicos na sua composição.
	Gramatura da folha dupla de, no mínimo, 30g/m <sup>2</sup> (trinta gramas por metro quadrado), ou seja, gramatura mínima, por folha, de 15 g/m <sup>2</sup> (quinze gramas por metro quadrado), com as medidas mínimas de: 10cm (dez centímetros) de largura e por 250m (duzentos e cinquenta metros) de comprimento. A medida máxima da largura da bobina de papel deverá ser de 10,5cm (dez vírgula cinco centímetros), sendo que o diâmetro da bobina não deverá ser superior a 23cm (vinte e cinco centímetros).	Busca-se definir uma gramatura para que o papel seja resistente, que não esfarele com o uso. Além disso, o tamanho deve ser compatível para utilização nos dispensadores de papel existentes nas Unidades da Justiça Eleitoral.

### Sabonete líquido (item 8)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Em embalagem plástica contendo 2 litros	Embalagem comum no mercado e com baixo custo.
	Produto biodegradável, viscoso, cremoso e com Ph neutro	Produto testado em laboratório, adequado para a higiene pessoal.
	Fórmula testada dermatologicamente para a limpeza da pele	
Legais	Regularizado junto à Anvisa/MS	Requisito legal
	Validade de, no mínimo, 18 meses a contar da data de entrega do material no depósito do Almoxarifado do TRE-SC	Disponer do material no maior tempo possível para utilização.

## 5. Modelo de execução do objeto

Os materiais deverão ser entregues no depósito do Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13 às 19h.

### 5.1. Prazos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Prazo de entrega:** deverá ser de, no máximo, **15 (QUINZE) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

**Prazo de substituição:** após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de **10 (DEZ) DIAS**.

**Prazo de garantia:** após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.

### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os materiais deverão ser entregues no depósito multiuso do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na área do Almoxarifado. Endereço: Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, Município de Palhoça, SC.

### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

Os produtos serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade do material segundo as especificações constantes no item 3 – Descrição da Solução.

Será feita a contagem do quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas, e, não sendo possível verificar item a item, a conferência se dará por amostragem.

No caso de fornecimento de amostra pelo licitante, será verificado no ato do recebimento, se o produto entregue no depósito do Almoxarifado é da mesma marca, código, referência ou modelo do produto aprovado.

Prazos para recebimento do material:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela contratada.

### 5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.

### 5.6. Vigência da contratação

A Contratação terá vigência a partir da emissão da Nota de Empenho até o recebimento definitivo do objeto.

### 5.7. Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
- b) promover, por meio da Equipe Gestora indicada no item 6.2, a gestão da contratação, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.
- c) efetuar o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

exceto se houver atraso motivado pela contratada.

### **5.8. Obrigações da Contratada**

- a) fornecer os produtos nos prazos e demais condições estipuladas na proposta;
- b) entregar os produtos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho;
- c) entregar os produtos no Almojarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- d) após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- e) estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata a alínea "c", não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- f) em caso de substituição de produto, conforme previsto no item c, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;
- g) não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame; e
- h) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **5.9. Transferência de Conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.10. Direitos Autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.11. Qualificação Técnica**

Não se aplica a esta contratação.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.1. Gestor de contrato**

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Chefe da Seção de Almoxarifado
Fiscal técnico	Chefe da Seção de Almoxarifado
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

### 6.3. Instrumentos Formais

Será emitida nota de empenho em favor da empresa vencedora, onde estará detalhado o produto, seus valores e o respectivo prazo de entrega.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será feito pela equipe indicada no subitem 6.2.

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

### 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

### 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

#### 9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação deverá ser por item, não cabendo parcelamento, uma vez que deve se resguardar a economia de escala. Quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser seu custo.

#### 9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

Especificamente para o item 7, deverá ser exigida amostra do licitante que houver ofertado a melhor proposta do produto cotado, conforme justificativa constante no item 3 deste Termo de Referência.

##### 9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica e econômico-financeira.

##### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

##### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

Os materiais pretendidos são bens comuns, oferecidos por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

### 10. Estimativas do valor da contratação

Para estimar o valor da presente contratação foi considerada a média de preços das soluções disponíveis no mercado e das contratações públicas similares.

MATERIAL	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL
Item 1 - Dispensador para papel higiênico	R\$ 22,43	50 unidades	R\$ 1.121,50
Item 2 - Dispensador para protetor de assento sanitário	R\$ 17,75	50 unidades	R\$ 887,50



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 3 - Esponja dupla face	R\$ 2,51	400 unidades	R\$ 1.004,00
Item 4 - Luva descartável em vinil sem pó, tamanho P	R\$ 15,95	100 caixas contendo 50 pares de luvas	R\$ 1.595,00
Item 5 - Luva descartável em vinil sem pó, tamanho M	R\$ 15,95	350 caixas contendo 50 pares de luvas	R\$ 5.582,50
Item 6 - Luva descartável em vinil sem pó, tamanho G	R\$ 15,95	250 caixas contendo 50 pares de luvas	R\$ 3.987,50
Item 7 - Papel higiênico em bobina	R\$ 9,86	5.000 rolos com 250 metros	R\$ 49.300,00
Item 8 - Sabonete líquido	R\$ 9,75	400 frascos contendo 2 litros	R\$ 3.900,00
VALOR TOTAL			R\$ 67.378,00

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

O Plano de Contratações Anual contempla a solução a ser contratada no Anexo I, item 30, Materiais de Limpeza e Higienização.

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito entre os objetos a serem adquiridos com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC. O sistema ASIWEB utilizado pelo Almoxarifado permite monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.

#### 11.3. Outros instrumentos

Esta contratação objetiva a manutenção do fornecimento de material de limpeza e higienização às Unidades da Justiça Eleitoral.

Alinhamento estratégico do Plano de Contratações: OEAC1, OEPI2 e SGP3.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
Item 30 – Plano de Contratações – Materiais de Limpeza e Higienização	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.30.22	R\$ 208.282,50
Estimativa de custo da presente contratação			R\$ 67.378,00

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.